

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1007860-98.2014.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Cautelar Inominada - Sustação de Protesto</b>
Requerente:	<b>GISLAINE CRISTINA NASTRI LOMBARDO</b>
Requerido:	<b>Antonio Carlos Belli ME</b>

Justiça Gratuita

**GISLAINE CRISTINA NASTRI LOMBARDO** ajuizou ação contra **ANTONIO CARLOS BELLI ME**, pedindo a sustação do protesto de cheques, pois prescrito e não representa obrigação válida, porquanto nada contratou com o réu.

Deferiu-se liminarmente a medida.

Citado, o requerido contestou o pedido, afirmando a realidade da obrigação de pagar, ínsita nos cheques, nada obstante a prescrição.

Manifestou-se a requerente.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Considerando a data de emissão, informada nos avisos de protesto, ambos os cheques estão prescritos, não justificando o protesto.

O cheque prescrito apenas se caracteriza como princípio de prova da relação jurídica subjacente que deu ensejo a sua emissão, não possuindo, *per se*, a necessária certeza e exigibilidade que legitimassem o portador a exigir seu imediato pagamento e, por conseguinte, a fazer prova do inadimplemento pelo protesto.

**RECURSO ESPECIAL. CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. CHEQUE PRESCRITO. PROTESTO INDEVIDO. NÃO ABRANGÊNCIA PELA EXPRESSÃO "OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA" DO ART. 1º DA LEI N. 9.294/97.**

1. O protesto tem por finalidade precípua comprovar o inadimplemento de obrigação originada em título ou outro documento de dívida.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

2. Não se pode exigir o pronto cumprimento - e, portanto, não se pode falar em prova de inadimplemento - de uma dívida que não se revista das características de certeza, liquidez e exigibilidade.
3. O cheque prescrito não se reveste das características de certeza e exigibilidade.
4. A expressão "outros documentos de dívida" a que alude o art. 1º da Lei n. 9.492/1997 apenas abrange aqueles documentos representativos de dívidas líquidas, certas e exigíveis.
5. Recurso especial conhecido e desprovido.  
(REsp 1256566/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 01/04/2014)

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROTESTO INDEVIDO. CHEQUE PRESCRITO. TÍTULO INEXIGÍVEL.**

**DANOS MORAIS IN RE IPSA. RECONHECIMENTO. QUANTUM INDENIZATÓRIO.**

**VALOR RAZOÁVEL. R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

1. Nos casos de protesto indevido de título de crédito o dano moral se configura in re ipsa. Precedentes.
2. O cheque prescrito não se reveste de certeza e exigibilidade, pois apenas se caracteriza como princípio de prova da relação jurídica subjacente que deu ensejo a sua emissão.
3. Mostra-se devida a indenização pelos danos morais suportados pelo autor, sendo de rigor a reforma do acórdão local. E, nos termos do art. 257 do RISTJ, é possível, nesta Corte, a fixação de valores devidos a título de indenização pelo abalo moral sofrido pelo ora recorrente, aplicando-se o direito à espécie.
4. Levando-se em consideração as peculiaridades do caso e na linha dos precedentes desta Corte em casos análogos, é razoável a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo dano moral decorrente do protesto indevido, acrescidos de juros de mora a partir da citação e correção monetária da data da publicação da presente decisão.
5. Agravo regimental não provido.  
(AgRg no AREsp 270.557/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 19/05/2014)

É posição que naturalmente afasta parte da jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, inclusive a própria Súmula nº 17 no sentido de que *a prescrição ou perda da eficácia executiva do título não impede sua remessa a protesto, enquanto disponível a cobrança por outros meios*. E, no caso em tela, o cheque de interesse continuava disponível para cobrança por outros meios.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O protesto objetiva firmar a impontualidade. Com a prescrição do título, de nenhuma valia o protesto, dada a inocuidade do ato diante do decurso do prazo prescricional.

A perda do direito à execução, embora não impeça a cobrança do cheque pelas vias ordinárias, é causa suficiente para obstar o protesto, que além de inócuo, representa fonte de opressão de pagamento, em abuso de direito (TJSP, Apel. 0029494-02.2012.8.26.0482, Rel. Des. Ricardo Negrão, j. 28/07/2014).

CAMBIAL - Cheque - Título prescrito - Reconhecimento - Sustação do protesto cambial - Admissibilidade Desaparecimento da relação cambial - Configuração - Medida que apresenta-se inoperante e deixa de ter utilidade para o credor - Hipótese que serviria apenas de instrumento de pressão, em verdadeiro abuso de direito - Inadmissibilidade - Recurso improvido. (Apelação n. 7.047.572-8 - Barretos -11a Câmara de Direito Privado – Relator - Gilberto Pinto dos Santos - 09.02.06 -V.U.- Voto n. 7.195).

Os cheques ainda são hábeis, enquanto documentos reveladores de relação jurídica, a instruir pedido monitório, mas não uma execução. Dai porque, desqualificando-se como cheques, desautorizado fica o protesto.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e decreto a sustação do protesto dos títulos, sem inibir o portador de exercer as ações judiciais hábeis à cobrança. Oportunamente expeça-se ofício aos Cartórios.

Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados do patrono da requerente, fixados por equidade 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de outubro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**